

Sim, sou o pai

Novely Vilanova da Silva Reis

Logo após o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, ocorrido no dia 20/4/97 em Brasília, o ministro interino da Justiça, em entrevista à televisão, disse que o "governo estava preocupado porque os acusados são filhos de pessoas influentes". Ciente de que o pai de um dos rapazes é juiz, o ministro apressou-se em incutir na opinião pública a idéia de que o pai magistrado influiria na aplicação da lei penal.

Declarações como essa só serviram para desacreditar as instituições do país, particularmente o Poder Judiciário. O pai, atingido na alma com a tragédia, ficou exposto a insinuações de toda espécie. Juiz que ingressa na magistratura pela porta estreita do concurso público e faz do seu trabalho a sua profissão de fé não é capaz de influir em coisa nenhuma.

É muito fácil dizer que os filhos alheios não foram bem educados. O tempo e a curiosidade das pessoas evidenciaram que esse pai não incorreu na falha apontada pelos falsos guardiões da pedagogia. Nenhum pai está excluído das tragédias e fatalidades da vida, ainda que seja ministro de Estado, professor ou juiz. A história está cheia de casos em que filhos bem educados envolveram-se em grandes tragédias.

Igualmente deplorável é a conclusão de um professor de Ética Jornalística acerca de decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal sobre o caso. Em artigo intitulado a "Consagração Judicial da Irresponsabilidade", escreveu a seguinte preciosidade: "A impunidade (ou a imunidade), ancorada na arrogância do dinheiro, dos cargos e do corporativismo, tem transformado o cotidiano num triste clipe da crônica policial. É necessário denunciar o corporativismo acovardado dos que deveriam dar exemplo de eqüidade e justiça" (*O Estado de S. Paulo* de 16/3/98).

É uma pena que homens cultos ainda não saibam que a credibilidade da Justiça repousa na imparcialidade, nas regras do devido processo legal e no princípio da livre convicção dos juízes. Movido por boatos inventados por imaginações febris, o eminentíssimo professor desprezou a advertência de Josemaria Escrivá, que ele próprio anotara em outro artigo: "Peço a vocês que difundam o amor ao bom jornalismo, que é aquele que não se contenta com rumores infundados, com boatos inventados por imaginações febris. Informem com fatos, com resultados, sem julgar intenções, mantendo a legítima diversidade de opiniões, num plano equânime, sem descer ao ataque pessoal. É difícil que haja verdadeira convivência onde falta verdadeira informação. A informação verdadeira é aquela que não tem medo à verdade e não se deixa levar por desejos de subir, de falso prestígio ou de vantagens econômicas".

Fala-se em corporativismo, simplesmente porque o pai de um dos rapazes é magistrado. Na realidade, o que precisava ser dito é que, ao contrário do que muitos supunham, o filho do juiz está preso aguardando julgamento. Precisava também ser lembrada a atitude adotada por esse magistrado desde o primeiro momento do episódio. É péssimo para a democracia afirmar, sem nenhuma comprovação, que a decisão judicial está "ancorada na arrogância do dinheiro, dos cargos e do corporativismo". Como se não bastasse a difícil experiência que o destino impôs a esse pai, é injusto acusá-lo de algo que não fez.

Perdoai, Senhor, eles não sabem o que dizem. O equívoco deles é assumir a defesa de causas com a certeza de que estão excluídos dos reveses da vida. Estou crescendo nessa dor imensa, que não é diferente da sentida pela família da vítima. Com essa experiência de vida que muitos não tiveram, estarei mais apto para compreender a alma humana. Qualquer que seja o tempo de permanência do meu filho no porão miserável onde expia seu pecado, lá estarei presente. E, quando me perguntam quem sou, respondo sem constrangimento: "Sim, sou o pai. Vim trazer um prato de comida para ele". Ninguém ouviu nem vai ouvir jamais o "sabe com quem está falando?" É assim que estou influindo nas coisas...